

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil**: uma crítica para reformulação da prática. 2 ed revista e ampliada. São Paulo: Edusp; Curitiba: Com Arte, 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/>

A editoração universitária no Brasil

Como oportunidade para retratar o contexto histórico de estruturação das editoras universitárias acadêmicas no Brasil, Leilah Santiago Bufrem faz uma crítica para a reformulação da prática dessas instituições. Considerando-as como órgãos veiculadores da produção intelectual das instituições de ensino superior, a autora analisa diacronicamente a conjuntura em que foram estabelecidas e consolidadas, evidenciando as características, processos e demandas que as motivaram historicamente.

As editoras acadêmicas brasileiras foram estruturadas sem linhas definidas e conselhos editoriais que legitimassem sua produção e, de modo gradativo, foram estimuladas por um movimento acadêmico de reflexão e crítica sobre suas práticas, na tentativa de tornar mais amplo seu alcance cultural.

Fundamentada na noção de campo cultural de Bourdieu, a autora apresenta as características que distinguem as editoras acadêmicas como geradoras de um tipo específico de valor cultural, a fim de servir como ponto de partida para a atualização de uma política editorial universitária.

Segundo Bufrem, o desenvolvimento da editoração universitária no país teve como pano de fundo, não somente as consequências do golpe militar de 1964 no que tange às repressões às manifestações culturais mas, também, o movimento de reforma do ensino superior, expresso pelo decreto 5.540 de 1968, baseado no modelo norte-americano. A partir de então, a universidade passou a ser avaliada por sua produtividade e organização racional de seu trabalho.

A repressão atingiu em cheio as universidades federais, e “as duas primeiras editoras universitárias brasileiras estavam vinculadas às duas instituições mais perseguidas na ditadura”: a universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB) (p. 49). O engajamento das universidades, federais em sua maioria, em uma política desenvolvimentista enfatizava a profissionalização e a formação de mão de obra, que segundo a autora, eram “atividades que poderiam ser assumidas por outros setores, não propriamente a universidade”. (p. 51).

Durante o período da repressão (1964-1980), curiosamente, houve uma expansão da produção e distribuição de bens de consumo cultural, fomentada pelo Estado. A cultura tornava-se mercadoria e a referida expansão de bens culturais, regulada e distribuída por leis e decretos, poderia ser explicada quando observada a infraestrutura criada pelo

Estado para transferir o poder e facilitar a atividade das empresas privadas. Ortiz, segundo a autora (p. 52) ilustra bem esse controle de agentes na conjuntura, em que filmes, peças e livros eram censurados, mas a indústria cultural e editorial, no caso, cinemas, teatros e editoras, não sofriam a mesma censura.

Considerando esse contexto político e histórico de desenvolvimento da editoração universitária no Brasil, deve-se salientar que muitas das editoras foram criadas a partir dos serviços gráficos e da chamada imprensa universitária. Ademais, a quantidade de trabalhos publicados não necessariamente refletia a qualidade das produções. Enquanto algumas editoras se apoiavam em uma política editorial mais consistente, estabelecida por conselhos, a maioria delas se desenvolveu de modo espontâneo. Já, no período de redemocratização estabeleceu-se um movimento para definir uma política geral de editoração.

Ponderando sobre o fato de que uma editora universitária é uma editora na universidade, vinculada à ela e participante da uma mesma missão, a autora convida à refletir sobre o seu papel na instituição universitária. Desse modo, considera possível concretizar uma política editorial que represente os princípios, as finalidades e a natureza de cada instituição, em que o desenvolvimento de distintas frentes como a pesquisa, o ensino e a extensão fossem explicitados e, em segunda instância, como tarefa mais difícil, que essas políticas fossem gradativamente incorporadas na prática editorial.

Essa política editorial vislumbrada só pode ser resultado de “uma análise das condições estruturais e geográficas, de fatos históricos, das necessidades e peculiaridades regionais, dos recursos financeiros e de como obtê-los” (p. 366), além de aspectos interferentes nas decisões político-administrativas das instituições, que também precisam ser relevados. Somente com a criação de políticas editoriais consistentes, a prática dessas instituições pode ser desenvolvida de modo mais assertivo e menos idealista, para que então a missão sobre a qual somos convidados a refletir, seja plausível de concretização.

Concorda-se com a autora quando diz que a ação cultural faz parte da natureza da editora e que “a qualidade da vida social está em estreita relação com a vida cultural”. Nesse caso, o papel da editora seria o de contribuir para elevar o nível de consciência, já que, o papel do saber seria o servir e não o dominar, contribuindo assim, para a consciência crítica. (p. 366).